



M0730004N

GOVERNO DO ESTADO – MATO GROSSO DO SUL  
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – SAD/CGE/AUDITOR DO  
ESTADO

## AUDITOR DO ESTADO - AUDITORIA GERAL

NOME DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

INSCRIÇÃO \_\_\_\_\_

Após a autorização do fiscal, transcreva, no local indicado na Folha de Respostas, a seguinte frase:

**O conhecimento, quando utilizado com sabedoria, promove o crescimento individual.**

Nível

**SUPERIOR**

Turno

**MANHÃ**

### Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões, com **oitenta questões objetivas**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

### Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha os campos destinados à assinatura e à frase de transcrição. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

### Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ O candidato estará liberado para deixar definitivamente o local de aplicação após decorridas 3 (três) horas do início da prova, não, podendo, em nenhum momento, levar o Caderno de Questões, somente o gabarito rascunho disponível no verso desta capa.
- ✓ Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

### Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AACP** no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), conforme previsto em Edital.



instituto  
aocp



## Língua Portuguesa

### Como a ciência explica por que é tão difícil resistir a comidas doces e gordurosas

#### BBC Ideas

20 fevereiro 2022

Não há dúvida de que algumas comidas despertam mais a nossa vontade do que outras — sobretudo aquelas ricas em açúcar e gordura. Mas por que são tão irresistíveis? Experimentos científicos nos oferecem algumas pistas sobre o que acontece em nossos cérebros quando optamos por certos alimentos.

Segundo o neurocientista Fabian Grabenhorst, se você entrasse em uma máquina de ressonância magnética e te oferecessem um milk-shake de chocolate, poderíamos ver o sistema de recompensas do seu cérebro se iluminar como um parque de diversões.

Logo acima dos olhos, está localizado o córtex orbitofrontal, uma parte do cérebro que é especialmente desenvolvida em humanos e primatas. Nela, grupos de neurônios respondem a diferentes sensações e nutrientes — sabor, cheiro, quão cremoso e encorpado o milkshake é — e quanto mais seus neurônios se iluminam, mais apetitosa a comida em questão parece. Duas coisas que alegram particularmente estes neurônios de recompensa são a gordura e o açúcar.

#### Aspecto social

Experimentos científicos nos oferecem pistas sobre como nossos cérebros computam nossas escolhas sobre o que comer, mas a maneira como lidamos com essas escolhas em nossas vidas e na sociedade também é complexa.

De acordo com Emily Contois, professora assistente de Estudos de Mídia da Universidade de Tulsa, nos EUA, vários fatores influenciam nossa escolha do que comer. "O que está disponível no supermercado? O que é conveniente? O que é acessível financeiramente? O que traz boas lembranças? O que é gostoso para nós? O que achamos saudável? Qual é o nosso estado de saúde atual? O que define nossas ideias sobre quem somos?", enumera ela para a BBC Ideas.

No futuro, podemos usar nosso conhecimento sobre o que acontece em nossos cérebros para criar alimentos atraentes com poucas calorias e saudáveis. E podemos nos ajudar entendendo como nossos neurônios de recompensa tramam para conseguir o que querem.

Podemos ficar atentos a momentos em que tendemos a fazer escolhas erradas, como quando optamos por determinado alimento por causa de um rótulo que consideramos atraente, e não pelo teor em si.

No fim das contas, pelo menos não estamos totalmente à mercê de nossos neurônios de recompensa. Podemos usar nossa compreensão para ajudar a pensar em alimentos saudáveis e fazer escolhas saudáveis.

Adaptado de: < <https://www.bbc.com/portuguese/geral-60127411> >. Acesso em: 24 fev. 2022.

1

**Com base na leitura do texto, assinale a alternativa correta.**

- (A) O sistema de recompensas do cérebro humano determina as escolhas alimentares realizadas, cabe à ciência a criação de alimentos que o driblem.
- (B) As comidas doces e gordurosas ativam sistemas de recompensa no cérebro humano que impedem a opção por outros alimentos.
- (C) A escolha por alimentos doces e gordurosos é mais recorrente para as crianças, pois seu córtex orbitofrontal ainda não está completamente formado.
- (D) Por meio da ciência, pode-se ter a visualização daquilo que ocorre com o cérebro humano ao ser exposto ao açúcar e à gordura.
- (E) Segundo pesquisadores, os fatores financeiros predominam quando se pensa nas escolhas alimentares dos seres humanos.

2

Considere o sentido da palavra destacada no excerto: “Experimentos científicos nos oferecem pistas sobre como nossos cérebros computam nossas escolhas sobre o que comer [...]”. Qual das seguintes alternativas poderia substituí-la sem prejuízo de sentido?

- (A) Abstraem.
- (B) Avaliam.
- (C) Negam.
- (D) Comprovam.
- (E) Aturdem.

3

Considerando os usos de elementos gramaticais e os sentidos produzidos no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O pronome destacado no trecho “Não há dúvida de que algumas comidas despertam mais a nossa vontade do que outras [...]” tem por função particularizar elementos.
- (B) O advérbio destacado no trecho “[...] se você entrasse em uma máquina de ressonância magnética e te oferecessem um milk-shake de chocolate, poderíamos ver o sistema de recompensas do seu cérebro se iluminar como um parque de diversões.” introduz uma metáfora.
- (C) A preposição em destaque no trecho “Podemos usar nossa compreensão para ajudar a pensar em alimentos saudáveis e fazer escolhas saudáveis.” expressa o sentido de adição de informações.
- (D) A conjunção destacada no trecho “Não há dúvida de que algumas comidas despertam mais a nossa vontade do que outras — sobretudo aquelas ricas em açúcar e gordura.” expressa o sentido de algo principal.
- (E) A preposição destacada no trecho “No futuro, podemos usar nosso conhecimento sobre o que acontece em nossos cérebros para criar alimentos atraentes com poucas calorias e saudáveis.” expressa o sentido de finalidade.

4

Considerando o funcionamento das formas do discurso relatado, analise o excerto adaptado do texto: “De acordo com Emily Contois, professora assistente de Estudos de Mídia da Universidade de Tulsa, nos EUA, vários fatores influenciam nossa escolha do que comer. ‘O que está disponível no supermercado? O que é conveniente? O que é acessível financeiramente? O que traz boas lembranças? [...]’, enumera ela para a BBC Ideas.”

- (A) O trecho “[...] vários fatores influenciam nossa escolha do que comer.” reproduz literalmente as palavras da pesquisadora.
- (B) As aspas simples indicam que o trecho foi relatado por meio do discurso indireto, nesse contexto, com o objetivo de trazer um argumento de autoridade.
- (C) O trecho de discurso direto tem por objetivo detalhar a informação sintetizada anteriormente.
- (D) A expressão “enumera ela” refere-se à Emily Contois e aparece após o trecho relatado por meio do discurso indireto livre.
- (E) O excerto citado é construído apenas por meio do uso do discurso direto, relatando fielmente as palavras da pesquisadora citada.

5

Considere o sentido da palavra destacada no excerto: “No futuro, podemos usar nosso conhecimento sobre o que acontece em nossos cérebros para criar alimentos atraentes com poucas calorias e saudáveis.” Qual das seguintes alternativas apresenta um termo antônimo ao destacado?

- (A) Cativantes.
- (B) Aprazíveis.
- (C) Sedutores.
- (D) Etéreos.
- (E) Abomináveis.

**6**

Analise a expressão destacada no excerto retirado do texto: **“Podemos usar nossa compreensão para ajudar a pensar em alimentos saudáveis e fazer escolhas saudáveis.”** e assinale a alternativa correta.

- (A) Na locução verbal em destaque, o verbo irregular determina com mais precisão a ação descrita.
- (B) Os dois verbos em destaque complementam o sentido da forma verbal “fazer”.
- (C) Trata-se de uma locução verbal constituída por dois verbos regulares, que especificam a ação descrita no excerto.
- (D) A forma verbal “Podemos”, conjugada no modo infinitivo, expressa o modo como ocorre a ação destacada no excerto.
- (E) Trata-se de um substantivo e de um verbo, que tem por função modalizar a ação realizada.

**7**

Analise a oração destacada no trecho adaptado do texto: **“Experimentos científicos nos oferecem pistas, mas nossas escolhas são complexas.”**. A **sentença destacada classifica-se como**

- (A) subordinada adjetiva apositiva, expressando adição de informações.
- (B) coordenada sindética adversativa, expressando contraste de ideias.
- (C) subordinada substantiva predicativa, expressando ideias adversas.
- (D) subordinada substantiva completiva nominal, expressando soma de argumentos.
- (E) coordenada assindética adversativa, expressando oposição de informações.

**8**

Considere o trecho do texto: **“No fim das contas, pelo menos não estamos totalmente à mercê de nossos neurônios de recompensa.”** para assinalar a alternativa correta em relação ao sentido e ao uso das palavras.

- (A) A expressão “pelo menos” expressa o sentido de expansão.
- (B) A expressão “no fim das contas” é utilizada em sentido literal.
- (C) A expressão “à mercê” poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido, pela palavra “independentes”.
- (D) O trecho “não estamos totalmente” expressa uma modalização.
- (E) A expressão “no fim das contas” poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido, por “para concluir”.

## Administração Pública

9

Os princípios da administração pública primordiais estão previstos no art. 37 da Constituição e outros estão previstos em leis específicas. Dentre os princípios da administração pública, o princípio da publicidade é aquele

- (A) segundo o qual as finalidades públicas não podem ser deixadas de lado pelos agentes públicos.
- (B) segundo o qual o interesse da coletividade é mais importante que o de cada indivíduo.
- (C) que é constituído de atividades essenciais ao bem-estar da coletividade.
- (D) segundo o qual os atos e a conduta interna dos seus agentes devem ser conhecidos.
- (E) que é decorrente da bilateralidade do processo.

10

Qual é o processo organizacional que, dentre outras funções da administração, pode ser definido como o desenvolvimento e a aplicação de decisões e de ações operacionais para se alcançarem os objetivos?

- (A) Planejamento.
- (B) Comunicação.
- (C) Avaliação.
- (D) Controle.
- (E) Direção.

11

Os fundamentos de excelência gerencial nos serviços públicos foram concebidos a partir da premissa de que é preciso ser excelente sem deixar de ser público, alicerçados em fundamentos próprios da gestão de excelência contemporânea e condicionadas aos princípios constitucionais próprios da natureza pública das organizações que, juntos, definem o que se entende hoje por excelência em gestão pública. Dentre esses fundamentos, qual é o que entende que as organizações precisam aprender a valorizar as redes formais com cidadãos-usuários, interessados e parceiros, bem como as redes que emergem informalmente, entre as pessoas que as integram, e destas com pessoas de outras organizações e entidades?

- (A) Controle social.
- (B) Gestão participativa.
- (C) Pensamento sistêmico.
- (D) Desenvolvimento de parcerias.
- (E) Comprometimento com as pessoas.

12

Ao atuar como técnico de arquivamento, você necessita elaborar um plano de classificação de documentos arquivísticos. A despeito do maior ou do menor detalhamento das etapas a serem seguidas, qual é o primeiro recorte do objeto a se classificar a fim de conhecer as funções, as atribuições e as atividades que incidem diretamente na produção dos documentos arquivísticos?

- (A) O levantamento da dimensão histórica da organização em seus parâmetros e componentes formais e informais.
- (B) O levantamento da evolução institucional, incluindo sua missão, estrutura, funções, atividades e procedimentos.
- (C) O levantamento dos documentos acumulados produzidos e/ou recebidos e as tipologias documentais.
- (D) O levantamento das condições de produção e a acumulação dos variados tipos de documentos.
- (E) O levantamento de estrutura organizacional do órgão produtor de arquivos e suas unidades organizacionais.

13

O **Balanced Scorecard** possui quatro perspectivas interligadas de causa e efeito que equilibram os objetivos de curto e longo prazo. O que é possível obter a partir dessa estrutura com as quatro dimensões?

- (A) Um quadro de indicadores.
- (B) A dinâmica organizacional.
- (C) Um mapa estratégico.
- (D) Uma visão operacional.
- (E) Um processo de sucesso.

14

Os projetos são compostos por processos que se constituem de uma série de ações que geram produtos e são realizados por pessoas. Assinale a alternativa que apresenta a categoria em que se enquadram os processos de um projeto que incluem descrição, organização e trabalho do projeto.

- (A) Processos de iniciação e planejamento.
- (B) Processos de gerenciamento de projetos.
- (C) Processos de monitoramento e controle.
- (D) Processos de orientação aos produtos.
- (E) Processos de execução e encerramento.

15

Suponha que você esteja encarregado de um planejamento contínuo que melhore os processos do setor no qual atua e decidiu utilizar o ciclo de Deming /Shewhart, também conhecido como ciclo PDCA. Qual é a fase do ciclo em que você precisa reconhecer as características do problema, descobrir as causas principais que impedem o atingimento das metas e descrever as contramedidas sobre as causas principais?

- (A) Planejamento.
- (B) Administração.
- (C) Coordenação.
- (D) Determinação.
- (E) Ação.

16

É uma técnica de gestão de riscos que se trata de uma disciplina que permite analisar questões de forma holística e integrada, vislumbrar conjuntos dinâmicos de comportamento, identificar e compreender interconexões que conferem ao sistema características únicas, bem como vislumbrar comportamentos prováveis. Entre as ferramentas utilizadas para apoiar o trabalho, estão o diagrama de loop de causalidade (CLD), o gráfico de comportamento temporal (BOT), os simuladores de modelo e os simuladores de gestão. A qual técnica o enunciado se refere?

- (A) Análise bow tie.
- (B) Listas de verificação.
- (C) Análise de causa raiz.
- (D) Pensamento sistêmico.
- (E) Análise por decisão por multicritérios.

## Direito Constitucional

17

**Sánchez, brasileiro naturalizado, praticou o crime de tráfico ilícito de entorpecentes em território espanhol, após a sua naturalização. Nesse cenário, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a possibilidade de extradição do brasileiro naturalizado no caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, na hipótese de naturalização anterior ao fato, cuida-se de norma de eficácia**

- (A) plena e aplicabilidade imediata e integral.
- (B) contida e aplicabilidade imediata, mas possivelmente não integral.
- (C) restringível e aplicabilidade mediata e reduzida.
- (D) redutível e aplicabilidade imediata, mas de efeitos contidos.
- (E) limitada e aplicabilidade mediata e reduzida.

18

**Sobre os direitos e as garantias fundamentais, assinale a alternativa correta conforme o entendimento do STF.**

- (A) Ainda que demonstrada a condição de hipossuficiente, o estrangeiro não é imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória.
- (B) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- (C) Viola a Constituição Federal a exclusão dos aprendizes do rol de beneficiados por piso salarial regional.
- (D) O instituto da “candidatura nata”, consistente no direito que o titular do mandato eletivo possui de, obrigatoriamente, ser escolhido e registrado pelo partido político como candidato à reeleição, é compatível com a Constituição Federal de 1988.
- (E) A imposição legal de manutenção de exemplares de Bíblias em escolas e bibliotecas públicas estaduais não configura violação à liberdade religiosa consagrada pela Constituição da República de 1988.

19

**Assinale a alternativa correta no que concerne à organização do Estado.**

- (A) O modelo brasileiro de federalismo pode ser classificado como cooperativo, por agregação.
- (B) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e tratamento de dados pessoais.
- (C) É constitucional norma de constituição estadual que disponha sobre o depósito de lixo atômico e a instalação de usinas nucleares.
- (D) A Constituição Estadual, com fundamento na auto-organização dos Estados-Membros, pode trazer hipóteses de intervenção estadual diferentes daquelas que são elencadas pela Constituição Federal.
- (E) É inconstitucional lei estadual que vede a inscrição em cadastro de proteção ao crédito de usuário inadimplente dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

20

**Em relação aos servidores públicos, assinale a alternativa correta.**

- (A) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- (B) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- (C) A concessão de pensão vitalícia à viúva de prefeito, falecido no exercício do mandato, é compatível com a Constituição Federal.
- (D) A natureza do ato de demissão de empregado público é constitucional-trabalhista e não administrativa, o que atrai a competência da Justiça do Trabalho para julgar a questão.
- (E) A acumulação lícita de cargos públicos de profissionais da área de saúde se sujeita ao limite de 60 horas semanais.



**21**

**José, deputado federal, no exercício de suas funções, praticou, após a diplomação, o crime de concussão. Recebida a denúncia, o STF deu ciência à Câmara dos Deputados para que, cumpridos os requisitos constitucionais, os parlamentares possam sustar o andamento da ação penal. Como efeito, o partido político de José protocolou, perante a Mesa Diretora da Casa, pedido solicitando a sustação da ação penal. Nesse contexto, de acordo com a Constituição Federal, o pedido de sustação será apreciado pela Câmara dos Deputados no prazo improrrogável de**

- (A) 24 horas do seu recebimento.
- (B) 48 horas do seu recebimento.
- (C) 30 dias do seu recebimento.
- (D) 45 dias do seu recebimento.
- (E) 180 dias do seu recebimento.

**22**

**Assinale a alternativa correta no que tange ao processo legislativo, à fiscalização contábil, financeira e orçamentária e às comissões parlamentares de inquérito.**

- (A) Em respeito ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, é permitido ao Poder Judiciário exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas regimentais das Casas Legislativas, ainda que não caracterizado o desrespeito às normas constitucionais pertinentes ao processo legislativo.
- (B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma legislatura.
- (C) Os Tribunais de Contas gozam das prerrogativas da autonomia e do autogoverno, o que inclui, essencialmente, a iniciativa privativa para instaurar processo legislativo que pretenda alterar sua organização e funcionamento.
- (D) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) Cumpridos os requisitos constitucionais, a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito fica condicionada à aprovação do plenário da respectiva Casa.

23

Referente à Constituição da República, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- ( ) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pela Câmara dos Deputados.
- ( ) Constituem princípios da ordem econômica e financeira, dentre outros, a independência nacional e a não intervenção.
- ( ) Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

- (A) V – F – V – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) V – F – F – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) F – V – F – V.

24

Assinale a alternativa INCORRETA acerca da Constituição Federal.

- (A) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, 33 Ministros.
- (B) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras.
- (C) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 membros com mandato de 2 anos, admitida uma recondução.
- (D) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
- (E) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em 30 dias.

## **Administração Financeira e Orçamentária**

**25**

**Determinado Governador, por ocasião da elaboração da lei orçamentária anual, foi alertado por sua equipe técnica a respeito do fato de que todas as receitas e todas as despesas governamentais devem fazer parte do orçamento, sem qualquer exclusão, em obediência ao princípio orçamentário da**

- (A) anterioridade.
- (B) exclusividade.
- (C) universalidade.
- (D) programação.
- (E) transparência.

**26**

**A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte, orientando a elaboração da lei orçamentária anual. Em âmbito federal, de acordo com a Constituição da República, o projeto da LDO deve ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional até o dia**

- (A) 15 de abril e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
- (B) 15 de maio e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
- (C) 31 de maio e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
- (D) 31 de julho e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- (E) 31 de agosto e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

**27**

**Nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro, assinale a alternativa que caracteriza uma despesa de custeio.**

- (A) Subvenções sociais e econômicas.
- (B) Serviços de terceiros.
- (C) Obras públicas.
- (D) Material permanente.
- (E) Contribuições de previdência social.

**28**

**Por intermédio das políticas públicas, o Estado de Mato Grosso do Sul deseja implementar ambicioso programa social no Estado, que, dentre outros objetivos, auxiliará as vítimas de violência doméstica. No entanto, após análise da equipe técnica, restou constatado que não houve previsão de dotação orçamentária específica na lei orçamentária anual para a execução de tal despesa. Nesse caso, o Governador do Estado deverá encaminhar à Assembleia Legislativa projeto de lei solicitando a autorização para a abertura de crédito adicional**

- (A) extraordinário.
- (B) aditivo.
- (C) suplementar.
- (D) especial.
- (E) específico.

**29****No que concerne à Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.**

- (A) Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, e também os decorrentes de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
- (B) Na transferência voluntária, é permitida a utilização dos recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.
- (C) Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes dessa Lei Complementar, incluem-se, inclusive, aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.
- (D) Em nenhuma hipótese poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional.
- (E) A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro.

**30****Assinale a alternativa correta acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

- (A) É vedado ao titular de Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.
- (B) É lícita a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.
- (C) Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de 180 dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.
- (D) Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União até 31 de maio.
- (E) É permitida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

31

**Sobre o Decreto Estadual nº 14.130/2015, que dispõe sobre a instituição e a normatização da utilização do Sistema de Planejamento e Finanças do Estado de Mato Grosso do Sul (SPF), assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A programação financeira do Estado de Mato Grosso do Sul será elaborada com base na estimativa da receita, objetivando o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, incluindo-se o pagamento de restos a pagar.
- (B) Nenhuma despesa dos órgãos e das entidades estaduais, excetuadas as das sociedades de economia mista, poderá ser iniciada sem prévia apreciação pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ).
- (C) O empenho da despesa consiste na verificação do direito do credor, tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (D) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
- (E) O destaque orçamentário consiste na transferência de dotação orçamentária para outro órgão ou entidade estadual, com a finalidade de processar despesa de forma descentralizada.

32

**Em relação ao Decreto Estadual nº 15.434/2020, que trata do Regime Financeiro Especial (RFE), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**

- ( ) A realização de despesa por meio do RFE observará os princípios aplicáveis à Administração Pública, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade e economicidade.
- ( ) No RFE, deve ser realizada cotação de preços com a finalidade de demonstrar a compatibilidade da despesa com os preços praticados no mercado ou, na sua impossibilidade, providenciada justificativa pertinente.
- ( ) O Repasse Financeiro (RF) poderá ser concedido a servidor para atender a despesas extraordinárias, eventuais, de caráter sigiloso, de pequeno vulto e de pronto pagamento e de recepção.
- ( ) O Suprimento de Fundos (SF) será processado mediante transferência de recursos financeiros à unidade administrativa de órgão ou de entidade para cobertura de despesas vinculadas à sua área de atuação, ficando sua aplicação sob a responsabilidade do respectivo titular.

- (A) V – F – V – V.
- (B) V – V – F – F.
- (C) V – V – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) F – F – V – V.

## **Direito Administrativo**

**33**

**No que concerne à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.**

- (A) É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.
- (B) Prescrevem em 5 anos as ações indenizatórias contra a União por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de culpa.
- (D) O ordenamento constitucional consagra a teoria da dupla garantia, segundo a qual a ação por danos causados por agente público pode ser ajuizada contra o Estado ou, ainda, diretamente contra o servidor responsável pelo ato.
- (E) Nos casos de omissão, aplica-se a responsabilidade civil do Estado à teoria do risco administrativo, na qual o elemento subjetivo condiciona o dever de indenizar.

**34**

**Assinale a alternativa correta em relação à organização administrativa.**

- (A) É constitucional a suspensão realizada por conselho de fiscalização profissional do exercício laboral de seus inscritos por inadimplência de anuidades.
- (B) As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, que seja instituída ou mantida pelo poder público, não podem se submeter ao regime jurídico de direito privado.
- (C) É constitucional norma de Constituição Estadual que exija prévia arguição e aprovação da Assembleia Legislativa para que o Governador do Estado nomeie os dirigentes das autarquias e fundações públicas.
- (D) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista independe de autorização legislativa.
- (E) É aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.

35

Em relação aos poderes administrativos, ao uso e abuso do poder e aos serviços públicos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) A tutela administrativa existente entre a União e suas autarquias funda-se no poder hierárquico.
- ( ) O excesso de poder ocorre nos casos em que o administrador ultrapassa os limites de sua competência.
- ( ) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- ( ) Os serviços públicos e o atendimento do usuário serão realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia.

- (A) V – F – V – V.
- (B) V – V – F – V.
- (C) V – F – V – F.
- (D) F – V – F – V.
- (E) F – V – V – V.

36

*“Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.”*

O trecho apresentado exterioriza a ideia do conceito de licença, que pode ser considerada como espécie dos atos administrativos

- (A) negociais.
- (B) normativos.
- (C) ordinatórios.
- (D) punitivos.
- (E) enunciativos.

37

Helena, Auditora do Estado do Mato Grosso do Sul, foi demitida após processo administrativo disciplinar. Três anos depois, Helena reuniu provas novas de sua inocência e ingressou com pedido de revisão administrativa.

Sobre o processo revisional, assinale a alternativa correta de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Estadual nº 1.102/1990).

- (A) O pedido de revisão administrativa de Helena será indeferido de plano, eis que já decorridos três anos da punição disciplinar de demissão.
- (B) No caso narrado, em obediência ao princípio da presunção de inocência, o ônus da prova caberá à Administração Pública.
- (C) Como se trata de pedido de revisão que importa na reintegração de servidor que tenha sofrido pena de demissão, o processo será submetido ao Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado (CRASE/MS).
- (D) O processo de revisão, que será conduzido nos mesmos autos do processo originário, pode agravar a pena já imposta, salvo nos casos de demissão.
- (E) Julgada procedente a revisão, a Administração determinará a reversão de Helena.

**38**

**Assinale a alternativa correta acerca do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Estadual nº 1.102/1990).**

- (A) O servidor avaliado, quando não for aprovado no estágio probatório, será demitido e, se estável no serviço público e ocupante de cargo efetivo em órgão ou entidade do Poder Executivo, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.
- (B) A remoção destina-se a preencher cargo de lotação existente na unidade ou localidade, vedado seu processamento quando não houver vaga a ser preenchida, inclusive nos casos de permuta.
- (C) Nos casos de afastamento para prestar serviços em outro órgão ou entidade, a ajuda de custo será paga pelo cedente.
- (D) A licença por motivo de afastamento do cônjuge será por prazo indeterminado, dependendo de pedido devidamente instruído, que deverá ser renovado de dois em dois anos.
- (E) O funcionário em débito com o Erário, que for demitido, exonerado ou tiver sua disponibilidade cassada, terá o prazo de 30 dias para quitá-lo.

**39**

**A Comissão de Ética da CGE-MS, após regular procedimento, aplicou censura ética a Pietra, Auditora do Estado, por repassar ao público externo informações cujo acesso é de natureza restrita.**

**Conforme o Código de Conduta Ética dos Auditores do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução CGE/MS/Nº 10/2019), a referida censura ética ficará registrada nos assentamentos funcionais de Pietra pelo prazo de**

- (A) dois anos.
- (B) três anos.
- (C) quatro anos.
- (D) cinco anos.
- (E) dez anos.

**40**

**Referente ao Decreto Estadual nº 15.454/2020 (que regulamenta o sistema de registro de preços), assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) O sistema de registro de preços será adotado quando, pelas características do bem ou do serviço, haja necessidade de contratações frequentes.
- (B) O termo de adesão é o instrumento pelo qual o órgão gerenciador autoriza a adesão do órgão não participante.
- (C) Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.
- (D) A licitação para o sistema de registro de preços será realizada pelo órgão gerenciador, nas modalidades tomada de preço ou pregão.
- (E) O prazo de validade da ata de registro de preços será de até 12 meses, a contar de sua publicação, incluídas eventuais prorrogações, a critério do órgão gerenciador.



## **Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul - organização - competências - sistemas estruturantes**

41

De acordo com a Lei Estadual nº 5.150/2017, que cria o Fundo Estadual de Combate à Corrupção (FECC), analise o seguinte caso hipotético:

João, respeitado empresário do ramo metalúrgico da cidade de Campo Grande, impressionado com o excelente trabalho desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/MS) nas apurações de desvios contra a Administração Pública, decidiu doar, por intermédio de sua empresa, considerável quantia para o FECC. Realizado o depósito em conta bancária específica, em nome do Fundo, e cumpridas as demais formalidades legais, a instituição financeira deverá comunicar à CGE/MS os depósitos realizados a crédito do Fundo, com a especificação da origem, no prazo de

- (A) 3 dias.
- (B) 5 dias.
- (C) 7 dias.
- (D) 10 dias.
- (E) 15 dias.

42

Assinale a alternativa correta acerca da Lei Federal nº 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

- (A) As disposições dessa Lei não se aplicam às empresas públicas e sociedades de economia mista, eis que regulamentadas pelo direito privado.
- (B) Não se aplica subsidiariamente o disposto nessa Lei aos serviços públicos prestados por particular.
- (C) É vedada a suspensão da prestação de serviço em virtude de inadimplemento por parte do usuário que se inicie na sexta-feira, no sábado ou no domingo, bem como em feriado ou no dia anterior a feriado.
- (D) Para garantir seus direitos, o usuário poderá apresentar manifestações acerca da prestação de serviços públicos. A manifestação será dirigida à ouvidoria do órgão e dispensará a identificação do requerente.
- (E) A manifestação poderá ser feita por meio eletrônico ou correspondência convencional, vedada a sua exposição verbal.

43

Assinale a alternativa que corresponda a um procedimento correcional segundo o Decreto Estadual nº 14.879/2017, que regulamenta o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

- (A) Visita técnica.
- (B) Apuração preliminar.
- (C) Termo de ajustamento de conduta.
- (D) Termo circunstanciado administrativo.
- (E) Processo administrativo de responsabilização.

44

Segundo a Lei Complementar Estadual nº 230/2016, que dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições da Controladoria-Geral do Estado, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) A Controladoria-Geral do Estado é instituição permanente, essencial e autarquia central do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual.
- ( ) São funções básicas da Controladoria-Geral do Estado as atividades de condução à transparência pública e ao controle social.
- ( ) A Controladoria-Geral do Estado goza de autonomia funcional e financeira, dispondo de dotação orçamentária própria e de iniciativa para elaboração do seu orçamento.
- ( ) A Auditoria-Geral do Estado constitui órgão superior da estrutura organizacional da CGE/MS.

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – F – V – V.
- (C) V – V – F – V.
- (D) F – F – V – V.
- (E) F – V – V – F.

45

Enzo, estudante, protocolou perante a Assembleia Legislativa do Estado pedido de acesso à informação, no qual requer documentos, de caráter não sigiloso, de determinado procedimento licitatório homologado recentemente. Conforme a Lei Estadual nº 4.416/2013, que dispõe sobre o acesso à informação no âmbito do Estado de Mato Grosso Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) As disposições dessa Lei não se aplicam aos pedidos de acesso à informação protocolados perante a Assembleia Legislativa.
- (B) O pedido de acesso à informação deverá conter, ao menos, o nome do requerente e a especificação, ainda que de forma genérica, da informação requerida.
- (C) Para que seja concedido o acesso imediato à informação, é imprescindível que Enzo exponha os motivos determinantes da solicitação.
- (D) Na impossibilidade de acesso imediato à informação, a Assembleia Legislativa deverá, em prazo não superior a 20 dias, responder ao requerente.
- (E) O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, inclusive nas hipóteses de reprodução de documentos pela entidade pública consultada.

46

**Referente ao Programa MS de Integridade (PMSI), regulamentado pelo Decreto Estadual nº 15.222/2019, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV) e a Controladoria-Geral do Estado (CGE), conjuntamente, deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à integridade do setor público, mediante a criação e a implantação do PMSI.
- (B) O PMSI propõe que os responsáveis pelas atividades das organizações e áreas afins trabalhem, individualmente, de forma coordenada, a fim de garantir uma atuação íntegra, que exclua todos os riscos de integridade.
- (C) Considera-se Governança no Setor Público os mecanismos de liderança, estratégia e de controles destinados a avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas de interesse da sociedade.
- (D) Caberá à CGE fomentar o desenvolvimento do PMSI, atuando na disseminação das boas práticas de gestão, orientação técnica e capacitação dos dirigentes e dos profissionais dedicados ao Programa.
- (E) Caberá ao órgão que aderir ao PMSI comprometer-se com a direção, a gestão e o acompanhamento do Programa.

47

**De acordo com o Decreto Estadual nº 15.221/2019, que institui a Política de Dados Abertos dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual, considera-se Plano de Dados Abertos**

- (A) qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental, que não esteja sujeito a limitações de privacidade, segurança ou controle de acesso e que esteja disponível para todos, sem exigência de requerimento ou de cadastro.
- (B) o documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual, observados os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.
- (C) os dados não sujeitos a restrições de direitos autorais, patentes, propriedade intelectual ou segredo industrial, observado que restrições fundamentadas relacionadas à privacidade, segurança e a privilégios de acesso são permitidas.
- (D) os dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina e referenciados na rede mundial de computadores, disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre reutilização, consumo ou cruzamento em aplicações digitais desenvolvidas pela sociedade.
- (E) o conjunto de dados estruturados que identificam os dados de determinado documento e que podem fornecer informação sobre o modo de descrição, administração, requisitos legais de utilização, funcionalidade técnica, uso, preservação, entre outros aspectos.

48

**Sobre o Conselho Superior do Controle Interno do Poder Executivo – CSCI-MS –, assinale a alternativa correta segundo o Regimento Interno da Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução CGE/MS nº 60/2022).**

- (A) O CSCI-MS é constituído por cinco Conselheiros.
- (B) A participação no CSCI-MS constitui relevante serviço público e será remunerada com valor correspondente a 40% dos subsídios pagos aos Secretários Estaduais.
- (C) O mandato dos membros titulares terá duração de 3 anos, vedada a recondução.
- (D) As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão abertas ao público, mas poderão ser de caráter reservado por decisão do Colegiado.
- (E) A votação, a critério do Presidente ou por decisão do Conselho, poderá ser simbólica, nominal ou por escrutínio secreto.

## **Auditoria Governamental e Controle Interno**

49

**O Decreto Estadual nº 14.879/2017 regulamenta o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul, definindo suas finalidades, organização, estrutura e competências, e seu conhecimento é de fundamental importância para o desempenho das atribuições dos auditores. Tendo por base o referido normativo, assinale a alternativa correta.**

- (A) Escapa das atribuições de auditoria governamental a análise sobre a regularidade na aplicação de recursos do Orçamento Estadual por entidades de direito privado.
- (B) A Controladoria-Geral do Estado (CGE) atuará como órgão central do Sistema de Controle Interno, contando com o apoio administrativo e operacional de unidades setoriais, seccionais e locais.
- (C) Os titulares das unidades setoriais deverão ser escolhidos dentre servidores públicos estáveis, com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade e notável saber jurídico ou contábil.
- (D) Cabe a Lei Complementar Estadual definir as entidades que deverão se organizar obrigatoriamente como unidades seccionais do Sistema de Controle Interno.
- (E) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo tem por finalidade estabelecer as diretrizes e exercer o controle relativo às atividades de correição, de ouvidoria, de auditoria governamental, de transparência pública e controle social.

50

O Manual de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Estadual, aprovado pela Resolução CGE/MS nº 14/2019, tem por finalidade, dentre outras, sistematizar as atividades de controle no âmbito da Auditoria-Geral do Estado. Com base nas orientações do Manual sobre o planejamento dos trabalhos de auditoria, assinale a alternativa correta.

- (A) A criticidade representa o quadro de situações críticas, efetivas ou potenciais, a ser controlado, no âmbito de uma unidade organizacional ou programa de governo. Para sua definição e graduação, deve ser levado em consideração o valor relativo de cada situação indesejada.
- (B) Compete à Auditoria-Geral do Estado elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT – onde estarão definidos os procedimentos a serem aplicados por cada auditor nos trabalhos individuais a ele designados.
- (C) No PAINT, a definição das áreas a serem auditadas levará em conta os critérios de relevância, materialidade e economicidade.
- (D) A relevância refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão em um específico ponto de controle e deve ser definida com base em valores absolutos estabelecidos anualmente pelo Auditor-Geral.
- (E) Cada trabalho de auditoria é único. Nesse sentido, os resultados de auditorias anteriores não podem ser levados em consideração como fonte de informações para a análise preliminar do objeto de auditoria.

51

Imagine que um auditor estadual pretende avaliar a regularidade de determinado processo em uma unidade auditada. Para tanto, ele verifica presencialmente a entrega e a conferência de bens objeto de contrato anteriormente assinado e, em seguida, acompanha o registro da liquidação e o pagamento da despesa orçamentária no sistema de administração financeira. Considerando o Manual de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Estadual, a técnica de auditoria utilizada nesse caso hipotético é denominada

- (A) inspeção física.
- (B) circularização.
- (C) observação.
- (D) teste de controle.
- (E) teste de detalhes.

52

Em relação às técnicas e aos procedimentos de auditoria, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao comparar saldos de uma conta contábil com dados não financeiros a ela relacionados, a fim de identificar possíveis variações atípicas de comportamento, o auditor utiliza a técnica denominada análise documental.
- (B) Os procedimentos substantivos têm como finalidade verificar a suficiência, a exatidão e a validade dos dados obtidos.
- (C) Para coleta de evidência de auditoria acerca de bens tangíveis ou intangíveis, a técnica recomendada é a inspeção física.
- (D) Ao indagar de forma informal um servidor da unidade auditada sobre um aspecto qualquer de determinado processo, o auditor se vale da técnica denominada circularização.
- (E) Quando o auditor verifica a exatidão numérica de uma sequência de cálculos cujo resultado embasa um registro contábil de execução de despesa orçamentária, está aplicando a técnica de revisão analítica.

**53**

**Em relação à coleta, análise e avaliação de evidências de auditoria e tendo por referência a NBC TA – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, do Conselho Federal de Contabilidade –, assinale a alternativa correta.**

- (A) Quando o auditor conhece as pessoas que estão fornecendo evidências e sabe que são íntegras e honestas, poderá trabalhar em estado de alerta reduzido.
- (B) Na execução de trabalhos de asseguração, o auditor não deve manter uma postura de ceticismo, visto que isso poderá aumentar o risco de negligenciar circunstâncias incomuns.
- (C) Geralmente uma evidência é mais confiável quando é obtida de fontes internas da unidade auditada.
- (D) No que tange à definição de conclusões apropriadas às evidências obtidas em trabalhos de asseguração, não há margem para julgamento profissional.
- (E) A suficiência de uma evidência é a mensuração de sua quantidade enquanto a adequação é uma medida de sua qualidade, ou seja, sua relevância e confiabilidade em fornecer fundamentação para a conclusão do auditor.

**54**

**Ainda com base na NBC TA – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, do Conselho Federal de Contabilidade –, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Nos trabalhos de auditoria, a exata natureza, a época e a extensão dos procedimentos a serem executados variam de um trabalho para outro.
- (B) Eliminar totalmente o risco do trabalho é raramente alcançável ou possui um custo altíssimo em relação ao benefício.
- (C) A consideração de riscos é assunto de julgamento profissional, em vez de ser passível de mensuração precisa.
- (D) O risco de auditoria é a possibilidade de, mesmo aplicando os procedimentos e as técnicas adequados, o auditor não detectar distorção relevante no objeto auditado.
- (E) O risco inerente é a suscetibilidade da informação do objeto conter distorção relevante antes da consideração de quaisquer controles aplicados pelas partes apropriadas.

**55**

**Com base na “Declaração de Posicionamento: O Papel da Auditoria Interna no Gerenciamento de Riscos Corporativos”, do *The Institute of Internal Auditors*, assinale a alternativa correta.**

- (A) Revisar o gerenciamento dos principais riscos é um papel que a auditoria interna não deveria assumir.
- (B) Orientar a administração na resposta aos riscos identificados é uma atividade que não pode ser exercida pela auditoria interna, devido à quebra da independência.
- (C) O papel fundamental da auditoria interna é fornecer avaliação objetiva ao corpo diretivo da organização quanto à eficácia do gerenciamento de riscos.
- (D) O exercício de atividades de consultoria pela auditoria interna dispensa a adoção de salvaguardas de preservação de sua independência e objetividade.
- (E) Um papel que a auditoria interna deve assumir é responsabilizar-se pelo gerenciamento dos riscos.

56

Em relação à elaboração do relatório de auditoria e com base na Resolução CGE/MS 36/2020, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Uma comunicação tempestiva consiste na elaboração e na apresentação oportuna dos resultados dos trabalhos de auditoria, em acordo com o planejamento estabelecido previamente.
- II. Os relatórios de auditoria devem demonstrar o resultado dos exames, também denominados de achados de auditoria, que constituem o resultado da comparação entre o critério e a condição.
- III. A comunicação dos resultados deve ser feita com clareza. Assim, deve-se inserir no corpo do relatório as listas de objetos verificados; por exemplo, listas de notas de empenho e notas fiscais analisadas.
- IV. A comunicação dos resultados deve ser redigida de forma completa, com todas as informações essenciais à sua compreensão. Devem ser evitados, no entanto, detalhes supérfluos e informações redundantes.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

## Contabilidade Aplicada ao Setor Público

57

As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. De acordo com as características qualitativas da informação contábil, assinale a alternativa correta.

- (A) A representação fidedigna ocorre quando as informações financeiras e não financeiras são capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação das informações contábeis.
- (B) A verificabilidade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e da divulgação da informação contábil.
- (C) A relevância é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.
- (D) A tempestividade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
- (E) A compreensibilidade é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

58

Segundo a categoria econômica, as receitas orçamentárias classificam-se em receitas correntes e receitas de capital. Classifique as receitas orçamentárias a seguir em receita corrente ou receita de capital e assinale a alternativa correta.

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria R\$ 12.430,00.
- Operações de Crédito R\$ 670,00.
- Receita Patrimonial R\$ 9.200,00.
- Contribuições R\$ 720,00.
- Alienação de Bens R\$ 1.500,00.

- (A) Receita corrente no total de R\$ 12.430,00.
- (B) Receita corrente no total de R\$ 13.150,00.
- (C) Receita corrente no total de R\$ 23.020,00.
- (D) Receita de capital no total de R\$ 1.500,00.
- (E) Receita de capital no total de R\$ 2.170,00.

**59****Em relação às etapas da Receita Orçamentária, assinale a alternativa correta.**

- (A) A previsão da receita orçamentária é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível.
- (B) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de competência para o ingresso das receitas públicas.
- (C) A arrecadação de receitas é a etapa que antecede à fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento, além de ser base para se estimar as necessidades de financiamento do governo.
- (D) No âmbito federal, a metodologia de projeção de receitas orçamentárias busca assimilar o comportamento da arrecadação de determinada receita em exercícios anteriores, a fim de projetá-la para o período seguinte, com o auxílio de modelos estatísticos e matemáticos.
- (E) O recolhimento corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

**60****Em relação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**

- ( ) O PCASP é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada.
  - ( ) A utilização do PCASP é facultativa para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos; autarquias, inclusive especiais; fundações e empresas estatais dependentes.
  - ( ) O PCASP contribui para a transparência da gestão fiscal e para o controle social.
  - ( ) O objetivo do PCASP é a padronização dos registros contábeis das entidades do setor público, distinguindo dos registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
- (A) V – V – V – V.  
(B) V – V – F – F.  
(C) V – F – V – V.  
(D) F – F – V – V.  
(E) F – V – F – F.



61

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Com base nas informações a seguir sobre determinado período de uma entidade do setor público, assinale a alternativa correta.

- Receita prevista de R\$ 120.000,00.
  - Receita arrecadada de R\$ 100.000,00.
  - Despesa fixada de R\$ 120.000,00.
  - Despesa realizada de R\$ 90.000,00.
- (A) *Superávit* de R\$ 30.000,00.  
 (B) *Superávit* de R\$ 10.000,00.  
 (C) Excesso de arrecadação de R\$ 20.000,00.  
 (D) *Déficit* de R\$ 30.000,00.  
 (E) *Déficit* de R\$ 10.000,00.

62

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e sobre o Relatório de Gestão Fiscal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Relatório de Gestão Fiscal será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos ao final de cada quadrimestre.  
 (B) Deve conter, no Relatório de Gestão Fiscal, o comparativo com os limites estabelecidos em Lei, além da indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites.  
 (C) No Relatório de Gestão Fiscal, devem ser incluídos os demonstrativos no último quadrimestre, inclusive o montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro e a inscrição em Restos a Pagar.  
 (D) O Relatório de Gestão Fiscal deverá ser publicado até noventa dias após o encerramento do período a que corresponder.  
 (E) O Relatório de Gestão Fiscal será publicado com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

63

O registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva. Assinale a alternativa que apresenta o lançamento a ser realizado pelo registro da previsão da receita no momento da aprovação da Lei Orçamentária.

- (A) Débito - Previsão Inicial da Receita; Crédito - Receita Realizada.  
 (B) Débito - Previsão Inicial da Receita; Crédito - Receita a Realizar.  
 (C) Débito - Receita a Realizar; Crédito - Previsão Inicial da Receita  
 (D) Débito - Receita Realizada; Crédito - Receita a Realizar.  
 (E) Débito - Receita Realizada; Crédito - Previsão Inicial da Receita.

64

O Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública. Em relação ao SICSP, assinale a alternativa correta.

- (A) O SICSP é apoiado em cinco elementos: Sistema de acumulação; Sistema de custeio; Método de custeio; Sistema de controle e Sistema financeiro.  
 (B) A responsabilidade pela consistência conceitual e apresentação das informações contábeis do sistema de custos é do gestor da entidade onde a informação é gerada.  
 (C) Na geração de informação de custo, é obrigatória a adoção dos princípios de contabilidade, em especial o de caixa, devendo ser realizados os ajustes necessários quando algum registro for efetuado de forma diferente.  
 (D) O SICSP deve estar integrado com o processo de planejamento e orçamento, devendo utilizar a mesma base conceitual se se referirem aos mesmos objetos de custos, permitindo, assim, o controle entre o orçado e o executado.  
 (E) O SICSP é facultativo em todas as entidades do setor público.

## **Avaliação de Políticas Públicas**

65

Na avaliação de políticas públicas ex ante, diversas ações são requeridas. Assinale a alternativa que apresenta a ação que requer a análise ex ante que pode ou não ocasionar aumento orçamentário.

- (A) Criação de política pública.
- (B) Expansão de política pública.
- (C) Ampliação de política pública.
- (D) Aperfeiçoamento de política pública.
- (E) Reaproveitamento de política pública.

66

Suponha que você é o gestor que está elaborando o diagnóstico do problema de uma política pública relevante e devidamente fundamentada e está na busca de dados quantitativos e estudos qualitativos para evidenciar a natureza e a dimensão do problema identificado. Dentre várias questões que você e a equipe técnica precisam refletir e responder ex ante, assinale a alternativa que apresenta uma dessas questões.

- (A) Quando o problema ocorreu pela última vez?
- (B) Qual a magnitude dos indicadores que caracterizam o problema?
- (C) Qual o tipo de ação governamental foi adotado diante do problema?
- (D) Quando o governante desenvolveu alguma ação para solucionar o problema?
- (E) Por que o problema ocorre e afeta as regiões e grupos da população atingida?

67

O gestor que propõe uma nova política pública ex ante precisa demonstrar a compatibilidade com os dispositivos dos principais instrumentos orçamentários e das determinações e orientações dos órgãos centrais responsáveis pelos sistemas de planejamento e orçamento, administração financeira e contabilidade. Qual desses instrumentos, determinações ou orientações dispõe sobre um grande conjunto de diretrizes gerais e específicas, que devem ser observadas pelos gestores responsáveis pela implementação de políticas públicas em todos os Poderes e no Ministério Público?

- (A) Plano Plurianual.
- (B) Lei Orçamentária Anual.
- (C) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (E) Sistema de Administração Financeira.

68

Na fase ex ante de políticas públicas, é preciso definir o escopo e a abrangência dessas políticas, tendo em vista os cidadãos atendidos, os recursos alocados e a temporalidade de sua aplicação, considerando a validação de uma dada política pública (*policy*) pela política (*politics*). Quais são as dimensões essenciais de avaliação da antevisão dos retornos esperados da política pública?

- (A) Econômicas e institucionais.
- (B) Financeiras e econômicas.
- (C) Organizacionais e sociais.
- (D) Estruturais e operacionais.
- (E) Contábeis e financeiras.

69

Na análise *ex post* da política pública, consta a avaliação executiva a qual inclui o exame da estrutura de governança que deve deixar claramente definidos e compreendidos os papéis e as responsabilidades na coordenação daquela determinada política. Quais são os princípios ou os mecanismos que necessitam ser verificados para avaliar se: é capaz de assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da governança; conduz à geração e à entrega dos produtos, resultados e impactos previstos; é capaz de mitigar os possíveis riscos da execução dos processos da política, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade?

- (A) Prestação de contas e responsabilidade.
- (B) Capacidade de resposta e integridade.
- (C) Integridade, confiabilidade e resposta.
- (D) Melhoria regulatória e transparência.
- (E) Liderança, estratégia e controle.

70

Caso você tenha que empregar um dos métodos de avaliação de impacto *ex post* de uma política pública que não permite definir os grupos de tratamento e controle, qual é o método que você pode utilizar e que é capaz de lidar com um tipo de viés que advém da existência de fatores não observáveis fixos no tempo, os quais influenciam tanto a decisão de participar da política quanto os indicadores de resultado?

- (A) Método experimental da diferença em diferenças.
- (B) Método experimental da seleção aleatorizada.
- (C) Método não experimental da seleção aleatorizada.
- (D) Método não experimental da diferença em diferenças.
- (E) Método experimental das tendências de trajetórias.

71

Na análise *ex post*, a avaliação do diagnóstico do problema ocorre pela fundamentação das relações de causa-problema-efeito através das ferramentas que utilizam protocolo e critérios para averiguar a qualidade dos estudos. Qual ferramenta pode ser aplicada como a avaliação da avaliação ou a síntese da avaliação?

- (A) Revisão sistemática.
- (B) Meta-estatística.
- (C) Revisão literária.
- (D) Meta-objetivo.
- (E) Meta-análise.

72

A análise da relação entre insumos e produtos utilizados na elaboração de um bem ou serviço é do que trata a eficiência. Quando se recomenda avaliar *ex post* a eficiência de uma política pública?

- (A) Quando se deseja avaliar se a política entrega o máximo, tendo em vista a escassez de recursos, e se busca atender maiores níveis de satisfação social.
- (B) Quando se deseja avaliar se a política entrega o que se propõe com o menor nível de recursos despendidos e se busca encontrar os determinantes da ineficiência.
- (C) Quando se deseja avaliar se a política obtém a melhor razão entre o volume de produtos e o volume de insumos utilizados e se busca parâmetros de produtividade.
- (D) Quando se deseja avaliar se a política proporciona a maximização de recursos à coletividade e avaliar se a utilização dos insumos é compatível com a capacidade.
- (E) Quando se deseja avaliar se a política é capaz de incrementar o atendimento, mesmo com recursos escassos, e se busca assegurar a função da máquina pública.

## Finanças Públicas

73

O conceito de finanças públicas tem relação com a gestão do dinheiro e patrimônio públicos, para atender as demandas da sociedade. Nesse sentido, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) corretas(s).

- I. Os impostos são tributos não vinculados a quaisquer atividades ou serviços do poder público, em relação ao contribuinte.
- II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem por objetivo estabelecer os Orçamentos da União, ou seja, a estimativa das receitas e despesas.
- III. Em relação ao Governo Federal, o déficit público pode ser financiado pela emissão de títulos públicos ao setor privado e pela colocação de títulos junto à carteira do Banco Central.

- (A) Apenas I e II.  
(B) Apenas II e III.  
(C) Apenas I e III.  
(D) I, II e III.  
(E) Apenas I.

74

Em relação aos instrumentos e recursos da economia pública, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A política monetária tem por objetivo o controle da oferta de moeda e das taxas de juros.
- II. A política fiscal, realizada pelo Banco Central, pode ser caracterizada como restritiva ou expansiva.
- III. A política regulatória tem relação com a regulação dos gastos e impostos da administração pública.

- (A) Apenas I e II.  
(B) Apenas II e III.  
(C) Apenas I e III.  
(D) I, II e III.  
(E) Apenas I.

75

O ciclo orçamentário pode ser definido como um processo contínuo de elaboração, aprovação, controle e avaliação dos gastos públicos. De acordo com a Constituição Federal, o ciclo orçamentário se desdobra em 8 fases. Analise as fases apresentadas a seguir:

- I. 1 - Formulação do planejamento plurianual e apreciação e 2 - Adequação do plano.
- II. 1 - Proposição de metas e prioridades para a administração e da política de alocação de recursos e 2 - Apreciação e adequação da LDO.
- III. 1 - Elaboração da proposta de orçamentos e apreciação, adequação e 2 - Autorização legislativa.
- IV. 1 - Execução dos orçamentos aprovados e 2 - Avaliação da execução e julgamento das contas.

Das fases apresentadas, são fases corretas do ciclo orçamentário:

- (A) Apenas I e II.  
(B) Apenas II e III.  
(C) Apenas I, II e III.  
(D) Apenas II, III e IV.  
(E) I, II, III e IV.

76

O cargo de Auditoria Geral possui como atribuições básicas o acompanhamento e a execução de programas de Governo e os orçamentos do Estado. Nessa perspectiva, é necessário compreender que o orçamento público pode ser considerado um instrumento que possibilita o planejamento e a execução das finanças públicas. Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) A teoria da orçamentação decremental (foco na arrecadação) e a incremental (foco no corte das despesas) são conceitos do orçamento público.
- (B) O orçamento público é composto pelos seguintes instrumentos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (C) A definição do orçamento e a aprovação das leis, ou seja, LDO e LOA, são prerrogativas do poder executivo, ou seja, não dependem de aprovação do congresso.
- (D) O instrumento jurídico do PPA é a Lei do Plano Plurianual e deve ser entendido como planejamento estratégico de curto prazo, pois tem vigência anual.
- (E) O orçamento público está estruturado em 4 partes, ou seja, orçamento fiscal, orçamento da seguridade social, orçamento de investimento e orçamento de custeio.

77

A receita pública pode ser entendida como a entrada de recursos financeiros no patrimônio público. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) A receita orçamentária pode ser classificada em 3 categorias econômicas: receitas correntes, receitas de capital e receitas tributárias.
- (B) São exemplos de fontes de receita orçamentárias de capital: operações de crédito, amortização de empréstimos e cauções.
- (C) Em relação ao aspecto institucional, a receita pública se divide em 2 grupos, ou seja, orçamentária e extraorçamentária.
- (D) O superávit financeiro e o cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar são classificados como receitas orçamentárias.
- (E) Estão, entre as receitas orçamentárias correntes, as receitas de serviços, as operações de crédito e a alienação de bens.

78

A Lei Federal nº 4.320/1964 tem relação com as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos. Com base nesse aspecto, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o Título I (Da Lei do Orçamento), as receitas e despesas que constarão na Lei do Orçamento podem ser listadas pelo valor total ou valor deduzido.
- (B) De acordo com o Título I (Da Lei do Orçamento), as inversões financeiras e transferências de capital são exemplos da categoria econômica das despesas.
- (C) De acordo com o Título V (Dos Créditos Adicionais), os créditos adicionais são classificados em 2 grupos: suplementares e especiais.
- (D) De acordo com o Título VI (Da Execução do Orçamento), existe uma exceção de cobrança de tributo sem a exigência em lei, ou seja, o imposto lançado por motivo de guerra.
- (E) De acordo com o Título VI (Da Execução do Orçamento), será admitida a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.

79

**A despesa pública pode ser definida como a aplicação dos recursos arrecadados para custear a atividade pública. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.**

- (A) As despesas públicas correntes, de capital e tributárias são classificações de despesas em relação à categoria econômica.
- (B) Quanto à regularidade, as despesas públicas podem ser classificadas em: ordinárias e extraordinárias e de exceção.
- (C) A classificação da despesa pública quanto à natureza é composta por 3 elementos: categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento da despesa.
- (D) As despesas públicas correntes contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, por isso são de natureza operacional.
- (E) As despesas públicas, quanto à competência política-institucional, podem ser classificadas em federais, estaduais, municipais e das empresas estatais.

80

**Lei Complementar Federal nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição. Com base no exposto, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).**

- I. **A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá anexo referente aos Riscos Fiscais. Esse documento avalia os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.**
- II. **A Lei Orçamentária não pode consignar dotação para um investimento com duração superior a um exercício financeiro, a menos que esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.**
- III. **São instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.**

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) Apenas I.

